



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

183

Quinta Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 0013116-74.2013.8.17.0000 (0321575-8)

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Agravado: Cristiano Lopes dos Santos

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU À SEGURADORA QUE EFETUE O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO PERITO. PERÍCIA MÉDICA REQUERIDA PELO AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA SEM OBRIGAR A SEGURADORA DE ANTECIPAR OS HONORÁRIOS PERICIAIS. ADVERTÊNCIA QUANTO AOS EFEITOS DA NÃO REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. POSSIBILIDADE DE A PERÍCIA SER REALIZADA POR MÉDICO PERITO JUDICIAL. PROVIMENTO PARCIAL. DECISÃO UNÂNIME. 1) A relação jurídica estabelecida no contrato de seguro obrigatório possibilita a inversão do ônus da prova, vez que o autor, além de ter demonstrado a verossimilhança de suas alegações, é reconhecidamente a parte menos favorecida na demanda e, por tal motivo, faz jus à aplicação da legislação consumerista. Ademais, o agravado, como beneficiário da gratuidade da justiça, não pode ser obrigado a custear a realização da perícia por não dispor de condições para tanto. Do contrário, o exercício do direito fundamental ao acesso à justiça restaria inviável para a parte vulnerável. 2) Mesmo diante da reconhecida hipossuficiência da parte agravada, a inversão do ônus da prova, por si só, não tem o condão de obrigar a seguradora a arcar com as despesas da perícia que foi solicitada pela parte adversa que, por gozar dos benefícios da justiça gratuita, não possui condições de adiantar os honorários do perito. Contudo, ressalte-se que apesar de não ser obrigada a arcar com as despesas da perícia, a seguradora deve estar ciente de que a realização desta também representa uma oportunidade para que ela possa comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito que o autor alega possuir (art. 333, inciso II, CPC), bem como que, caso não antecipe as despesas com a realização da perícia, posteriormente poderá sofrer as consequências processuais resultantes da não realização desta, já que os fatos alegados pelo autor, por presunção, poderão ser tidos como verdadeiros. 3) sendo o juiz o destinatário da prova, cabe a ele, com base em seu livre convencimento, determinar a sua realização probatória até mesmo de ofício, conforme preconiza o art. 130 do CPC. Portanto, não há qualquer obrigatoriedade de que a perícia médica seja realizada pelo Instituto de Medicina Legal (IML), podendo a mesma ficar a cargo de médico perito indicado pelo Juiz que preside o feito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

184

Quinta Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 0013116-74.2013.8.17.0000 (0321575-8)

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Agravado: Cristiano Lopes dos Santos

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão agravada à fl. 59.

No 1º Grau tramita uma *Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT*, na qual o Juiz nomeou perito para avaliar a alegada invalidez do autor (agravado), arbitrou os honorários do perito em R\$ 300,00 (trezentos reais) e determinou que esse valor fosse depositado pela parte ré (agravante), em razão da situação de hipossuficiência da parte autora, ora recorrido.

Contra essa decisão, a Seguradora interpôs o presente agravo de instrumento que, inicialmente, foi provido pelo então relator do feito, Des. Stênio Neiva para que a agravante fosse desobrigada do pagamento dos honorários periciais, os quais deveriam ser suportados pelo Estado de Pernambuco, pelo fato de o agravado fazer jus à justiça gratuita (fls. 112/115).

Insatisfeito, o recorrido interpôs recurso de agravo (fls. 119/141), o qual foi provido pela 5ª Câmara Cível, para o fim de destrancar o recurso instrumental e possibilitar a análise, pelo órgão colegiado, das questões ventiladas neste recurso (Acórdão às fls. 162/163). Eis, portanto, o motivo pelo qual o agravo de instrumento deve ser submetido à Colenda 5ª Câmara Cível.

Em suas razões, a recorrente alega que a demanda não trata de relação de consumo e, por tal motivo, não se aplica o Código de Defesa do Consumidor e nem deve ser invertido o ônus da prova.

Aduziu, ainda, que o autor deve produzir a prova do fato constitutivo do seu direito, pelo que não cabe à agravante arcar com o ônus da prova pericial, que deverá ser realizada pelo órgão competente do Estado de Pernambuco – Instituto de Medicina Legal (IML) – e não por um perito judicial.

Requeru a reforma da decisão combatida, com atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, bem como para determinar que a perícia seja realizada pelo IML e, caso assim não se entenda, que os honorários periciais sejam arbitrados em valor inferior àquele fixado pelo Juiz.

Sem contrarrazões, posto que a parte agravada, apesar de regularmente intimada, não ofereceu resposta conforme certidão de fls. 174.

É o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 16 de maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes – Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

185

Quinta Câmara Cível
Agravo de Instrumento nº 0013116-74.2013.8.17.0000 (0321575-8)
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Agravado: Cristiano Lopes dos Santos
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Como visto no relatório, o recurso de agravo interposto por Cristiano Lopes dos Santos foi provido para que a 5ª Câmara Cível possa "analisar as questões trazidas no agravo de instrumento que fora dado provimento pelo Relator" (fl. 162).

Em sendo assim, e pelo que consta na petição inicial do recurso instrumental (fls. 02/20), verifica-se que as principais questões ali contidas são: 1ª) se deve ser aplicada a regra prevista no Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, III, Lei 8.078/90) quanto à inversão do ônus da prova; 2ª) sobre quem deverá recair o ônus da realização da prova pericial, já que o agravado é beneficiário da justiça gratuita; e 3ª) Se a perícia médica deverá ser realizada pelo Instituto de Medicina Legal ou se poderá ser feita por um perito judicial.

1ª) Quanto à inversão do ônus da prova:

Alega a recorrente que a demanda não trata de relação de consumo e, por tal motivo, a ela não deve ser aplicada a regra que prevê a inversão do ônus da prova, prevista no Código consumerista.

Disse que, ainda que se tratasse de relação consumerista, o CDC só admite a inversão do ônus da prova quando a alegação do consumidor for verossímil ou quando este for hipossuficiente.

Sobre este aspecto, firmo convicção de que a relação jurídica estabelecida no contrato de seguro obrigatório possibilita a inversão do ônus da prova, vez que o autor, além de ter demonstrado a verossimilhança de suas alegações, é reconhecidamente a parte menos favorecida na demanda e, por tal motivo, deve ser tido como hipossuficiente.

Ademais, o agravado, como beneficiário da gratuidade da justiça, não pode ser obrigado a custear a realização da perícia por não dispor de condições para tanto. Do contrário, o exercício do direito fundamental ao acesso à justiça restaria inviável para a parte vulnerável.

Nesse sentido, observe-se recente decisão da 4ª Câmara Cível deste Tribunal, por ocasião do julgamento realizado em 06/03/2014, do Recurso de Agravo interposto no Agravo de Instrumento nº 0319230-3, da relatoria do Des. Eurico de Barros Correia.

2ª) Quanto ao ônus de produzir a prova pericial:

Aduz a agravante que a produção da prova cabe inteiramente ao autor/agravado, haja vista consistir em ônus exclusivamente seu a



186

comprovação do fato constitutivo do direito que alega ser detentor, razão pela qual não cabe à parte ré/agravante arcar com o ônus de produzir a prova pericial.

Com efeito, mesmo diante da reconhecida hipossuficiência da parte autora/agravada, a inversão do ônus da prova, por si só, não tem o condão de obrigar a seguradora a arcar com as despesas da perícia que foi solicitada pela parte adversa que, por gozar dos benefícios da justiça gratuita, não possui condições de adiantar os honorários do perito. Afinal, em princípio, o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito (art. 333, inciso I, CPC).

Contudo, ressalte-se que apesar de não ser obrigada a arcar com as despesas da perícia, a seguradora deve estar ciente de que a realização desta também representa uma oportunidade para que ela possa comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito que o autor alega possuir (art. 333, inciso II, CPC), bem como que, caso não antecipe as despesas com a realização da perícia, posteriormente poderá sofrer as consequências processuais resultantes da não realização desta, já que os fatos alegados pelo autor, por presunção, poderão ser tidos como verdadeiros. A esse respeito, observe-se o entendimento do STJ:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – SERVIÇO DE ESGOTO SANITÁRIO – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL: DESCABIMENTO DO ESPECIAL – FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE: SÚMULA 284/STF – CONTROVÉRSIA FÁTICA: SÚMULA 7/STJ. 1. (...). 5. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que, em se tratando de relação de consumo e sendo hipossuficiente o autor, cabível a inversão do ônus da prova, o que não tem o efeito de obrigar a parte contrária arcar com o custo da prova requerida pelo consumidor. Entretanto, o réu sofre as consequências processuais advindas de sua não-produção, ou seja, presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. 6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.” (REsp 871350/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/05/2008, DJe 26/05/2008) (grifei)

3ª) Sobre quem deverá realizar a perícia médica:

Segundo alegou o recorrente, a obrigatoriedade para que a perícia médica seja realizada pelo Instituto de Medicina Legal (IML) resulta da vontade do legislador, porquanto o art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74 (que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre) aduz expressamente que:

“O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação as lesões permanentes, totais ou parciais.”



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

187

Na realidade, sendo o juiz o destinatário da prova, cabe a ele, com base em seu livre convencimento, determinar a sua realização probatória até mesmo de ofício, conforme preconiza o art. 130 do CPC. Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. LIVRE CONVENCIMENTO. 1. A tese defendida no recurso especial demanda o reexame do conjunto fático e probatório dos autos, vedado pelo enunciado 7 da Súmula do STJ. 2. Sendo o juiz o destinatário da prova, cabe a ele, com base em seu livre convencimento, avaliar a necessidade desta, podendo determinar a sua produção até mesmo de ofício, conforme prevê o art. 130 do Código de Processo Civil. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (AgRg no AREsp 417.190/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/04/2014, DJe 02/05/2014) (grifei)

Portanto, não há qualquer obrigatoriedade de que a perícia médica seja realizada pelo Instituto de Medicina Legal (IML), podendo a mesma ficar a cargo de médico perito indicado pelo Juiz que preside o feito.

Ante o exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao agravo de instrumento de fls. 02/20, apenas para desobrigar a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A** do encargo de arcar com os honorários do perito, advertindo-a de que, caso a mesma não promova a realização da perícia médica, poderá sofrer as consequências processuais resultantes da não realização desta, já que os fatos alegados pelo autor poderão ser presumidamente tidos como verdadeiros.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator